ZH ZERO HORA

Publicado em 27/03/2024 - 05:54

Haddad propõe alívio a Estados em troca de reforço na educação

Proposta vincula juro mais baixo a ampliação do Ensino Técnico

Ministro da Fazenda apresentou programa para aliviar os passivos com a União e elevar as matrículas na modalidade até 2030

DIDIO ZACARIAS, MF, DIVULGAÇÃO

Termos foram discutidos com grupo de governadores, incluindo Eduardo Leite, durante reunião em Brasília

PAULO EGIDIO*
paulo.egidio@zerohora.com.br

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ontem a um grupo de governadores a proposta de renegociação da dívida dos Estados com a União. O programa prevê a redução dos juros da dívida em troca da ampliação do número de matrículas no Ensino Médio de nível técnico.

A repactuação dos contratos da dívida é demandada por diferentes governadores, entre eles Eduardo Leite, que participou de reunião com Haddad em Brasília acompanhado de gestores de outros Estados do Sul e Sudeste. Juntos, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais detêm 90% do estoque de R$ 740 bilhões da dívida das unidades federativas com a União.

O governo gaúcho reagiu com cautela ao plano. Ao deixar a reunião com Haddad, Leite disse que a proposta é boa, mas ponderou que ainda será preciso medir seu impacto para verificar se será suficiente para atender o interesse do governo gaúcho, de aliviar o fluxo dos pagamentos.

Para os próximos dias, estão previstas reuniões entre os secretários de Fazenda dos Estados e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O objetivo é esmiuçar os parâmetros do programa e as condições previstas. Com esses detalhes, o Palácio Piratini espera conseguir estimar o tamanho do alívio no caixa.

– Mergulhando nesses dados, os Estados terão melhores condições de entender o quanto este acordo que está sendo colocado na mesa é suficiente ou não para atingir o objetivo que temos, que é a sustentabilidade fiscal – observou Leite.

R$ 740 bi
é o estoque da dívida dos Estados com o governo federal.

R$ 660 bi
é o estoque das dívidas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Impacto

A intenção é concluir as negociações em 60 dias e os termos do acordo terão de ser aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Haddad afirmou que a proposta não terá impacto fiscal primário de curto prazo para a União.

– Estão sendo sopesados todos os argumentos para que a nossa trajetória de dívida não seja comprometida. Abri a reunião dizendo que não posso resolver o problema dos Estados criando um problema para o governo federal – argumentou.

O ministro afirmou ainda que reconhece a dificuldade que os Estados enfrentariam com a manutenção do atual patamar de juros.

– Pagar 4% de juro real com as receitas estaduais está cada vez mais difícil – admitiu.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que a preocupação da equipe econômica foi impedir que as finanças dos Estados virassem uma "bola de neve", mas, ao mesmo tempo, evitar que qualquer medida tomada desse abertura para "gastança" por parte dos governadores, sem adoção de políticas estruturais.

Como resultado dessa política, o governo federal estima incremento estrutural de mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, considerando o impacto do aumento da formação de técnicos na produtividade do trabalho e na renda dos trabalhadores, além da elevação do desempenho escolar e a redução dos índices de criminalidade.

*Com agências de notícias

As regras

1) Batizada de Juros por Educação, a proposta da Fazenda prevê redução temporária das taxas de juros aplicadas aos contratos de dívida dos Estados para o período entre 2025 e 2030. Foram oferecidas três diferentes faixas, com níveis diferentes de contrapartida:

- Taxa de juros de 3% ao ano: o Estado precisará aplicar ao menos 50% da economia com o serviço da dívida na ampliação de matrículas no Ensino Médio Técnico.
- Taxa de juros de 2,5% ao ano: o Estado precisará aplicar ao menos 75% da economia com o serviço da dívida na ampliação de matrículas no Ensino Médio Técnico.
- Taxa de juros de 2% ao ano: o Estado precisará aplicar 100% da economia com o serviço da dívida na ampliação de matrículas no Ensino Médio Técnico.

2) Atualmente, a dívida do Rio Grande do Sul é corrigida por indexador chamado de Coeficiente de Atualização Monetária (CAM). Trata-se de um cálculo complexo, que leva em conta dois indicadores: a soma a inflação acumulada com juros de 4% ao ano e a evolução da Taxa Selic. No final de 2023, o passivo atingiu os R$ 92,9 bilhões.
A alternativa do ministério prevê a correção apenas pela inflação somada à faixa de juros escolhida na adesão ao programa (2%, 2,5% ou 3%).

3) A meta do governo federal é triplicar o número de estudantes no nível técnico do país, levando esse número a mais de 3 milhões de alunos até 2030. Hoje, o país tem 1,1 milhão de estudantes nessa modalidade (15% do total de matrículas no Ensino Médio). Caso o governo consiga atingir o número pleiteado, a redução da taxa de juros se tornará permanente.

4) Para Estados que não possuem dívida ou cujo passivo com a União é muito baixo, haverá linhas de financiamento específicas e outras ações de apoio à expansão do Ensino Técnico.

5) Caso o Estado aceite aderir ao programa e não consiga aplicar todos recursos do ano na ampliação de matrículas do ensino técnico, deverá usar a diferença no programa Pé de Meia, que pagará bolsas a alunos do Ensino Médio para combater a evasão escolar.

6) Os Estados também poderão reduzir a taxa de juro imediatamente caso amortizem o estoque da dívida. Para isso, poderão ceder ao governo federal a participação acionária em empresas públicas. A redução poderá ocorrer de duas formas:

- Queda imediata de 0,5% ao ano: amortização extraordinária de 10% do saldo devedor.
- Queda imediata de 1% ao ano: amortização extraordinária de 20% do saldo devedor.

Pacheco diz que vai cobrar projeto de lei em até 10 dias

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que a ideia de condicionar a redução dos juros da dívida dos Estados a investimentos em educação profissionalizante é interessante, mas criticou o prazo de 60 dias para conclusão das negociações.

Em entrevista coletiva, ele afirmou que pedirá o envio do projeto de lei em no máximo 10 dias.

Pacheco alegou ainda que, além da alteração no índice de correção, é preciso "programa sustentável de pagamento da dívida".

Em novembro, Pacheco, que é de Minas Gerais, um dos Estados endividados, apresentou ao governo uma proposta para a quitação dos débitos que previa rediscussão do valor da dívida, transferência para a União de ativos do Estado, cessão de créditos judiciais para a União e e desconto do saldo remanescente.

– A nossa proposta se mantém. É isso que nós vamos tramitar no Congresso – disse.

Segundo ele, o endividamento dos Estados é "o maior problema federativo" que o Brasil enfrenta.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 8

Copyright © Clipclap 2025.